



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

CONSELHO  
SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

2019



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# **RELATÓRIO SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

*MARÇO DE 2020*



## ÍNDICE

<i>I – Introdução</i> .....	4
<i>II – Organização, funcionamento e actividade desenvolvida</i> .....	5
a) Composição .....	5
b) Competências.....	6
c) Actividade desenvolvida .....	7
<i>III – Serviços de Inspeção</i> .....	9
a) Composição .....	9
b) Avaliação e classificação .....	10
c) Acção disciplinar.....	13
<i>IV – Actividade da Secção Permanente</i> .....	15
<i>V – Actividade do Plenário do CSMP</i> .....	17
a) – Movimento de magistrados .....	17
b) – Actividade consultiva .....	21
c) – Outras actividades .....	21
<i>VI – Contencioso Administrativo</i> .....	25

### **ANEXO I**

Composição do Conselho Superior do Ministério Público (em 31 de Dezembro de 2019) ... 27

### **ANEXO II**

Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público (Plenário) ..... 32

### **ANEXO III**

Deliberações da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional do CSMP ..... 48

### **ANEXO IV**

Deliberações da Secção Disciplinar do CSMP..... 49

### **ANEXO V**

Actividade da Secção Permanente do CSMP .....

51

### **ANEXO VI**

Distribuição de processos pelos Vogais do Conselho Superior do Ministério Público ..... 54



**ANEXO VII**

Pareceres emitidos pelo Conselho Superior do Ministério Público ..... 55

**ANEXO VIII**

Contencioso Administrativo do Conselho Superior do Ministério Público ..... 63

**ANEXO IX**

Presenças e Ausência de Vogais do Conselho Superior do Ministério Público ..... 68



## **I - Introdução**

O presente relatório traduz a actividade desenvolvida pelo Conselho Superior do Ministério Público durante o ano de 2019.

Considerando que o Estatuto do Ministério Público vigente, aprovado pela Lei n.º 68/2019, de 27 de Agosto, entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2020, após o período abrangido pelo presente relatório, as referências ao Estatuto do Ministério Público no presente documento reportar-se-ão ao diploma então vigente. De igual modo, no presente relatório utilizar-se-á a nomenclatura do anterior Estatuto do Ministério Público, designadamente, quanto à indicação das categorias ou cargos dos magistrados do Ministério Público e, bem assim, as referências às procuradorias, órgãos, departamentos ou serviços do Ministério Público.



## **II - Organização, funcionamento e actividade desenvolvida**

### **a) Composição**

Nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República exerce as suas competências disciplinar e de gestão dos quadros do Ministério Público por intermédio do Conselho Superior do Ministério Público.

Durante o ano de 2019, integraram o Conselho Superior do Ministério Público [cfr. artigo 15.º, n.º 2, do Estatuto do Ministério Público]:

- a)* O Procurador-Geral da República;
- b)* Os procuradores-gerais distritais (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora);
- c)* Um procurador-geral-adjunto, eleito de entre e pelos procuradores-gerais-adjuntos;
- d)* Dois procuradores da República eleitos de entre e pelos procuradores da República;
- e)* Quatro procuradores-adjuntos eleitos de entre e pelos procuradores-adjuntos, sendo um por cada distrito judicial;
- f)* Cinco membros eleitos pela Assembleia da República;
- g)* Duas personalidades de reconhecido mérito designadas pelo Ministro da Justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público funciona em Plenário e secções – Secção Disciplinar, Secção Para Apreciação do Mérito Profissional e Secção Permanente.



O Plenário e, bem assim, a Secção Para Apreciação do Mérito Profissional sofreram alterações na sua composição, na primeira sessão plenária do ano de 2019, em razão do início do mandato do Procurador-Geral Distrital de Lisboa, em substituição da sua antecessora, que se jubilou, e da suplência de uma procuradora-adjunta, que foi promovida a procuradora da República no movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de Dezembro de 2018.

No âmbito do Conselho Superior do Ministério Público funciona, ainda, o Núcleo de Deontologia, criado por deliberação em sessão plenária, de 14 de Abril de 2015.

Desde a sua criação, o Núcleo de Deontologia do Conselho Superior do Ministério Público sofreu várias alterações na sua composição. A composição do Núcleo de Deontologia, em 31 de Dezembro de 2019, é a que resulta de deliberação do Conselho, de 10 de Janeiro do mesmo ano.

No final do ano de 2019, o Conselho Superior do Ministério Público, e respectivas secções, tinha a composição nominal que consta do [Anexo I](#).

## **b) Competências**

Nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Ministério Público, compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- a) Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a acção disciplinar e, em geral, praticar todos os actos de idêntica natureza respeitantes aos



- magistrados do Ministério Público, com excepção do Procurador-Geral da República;
- b)* Aprovar o regulamento eleitoral do Conselho, o regulamento interno da Procuradoria-Geral da República, o regulamento previsto no n.º 4 do artigo 134.º e a proposta do orçamento da Procuradoria-Geral da República;
  - c)* Deliberar e emitir directivas em matéria de organização interna e de gestão de quadros;
  - d)* Propor ao Procurador-Geral da República a emissão de directivas a que deve obedecer a actuação dos magistrados do Ministério Público;
  - e)* Propor ao Ministro da Justiça, por intermédio do Procurador-Geral da República, providências legislativas com vista à eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais;
  - f)* Conhecer das reclamações previstas nesta lei;
  - g)* Aprovar o plano anual de inspecções e determinar a realização de inspecções, sindicâncias e inquéritos;
  - h)* Emitir parecer em matéria de organização judiciária e, em geral, de administração da justiça;
  - i)* Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.»

### **c) Actividade desenvolvida**

Aquelas competências são exercidas através de deliberações tomadas nas sessões do Conselho, em reunião plenária, na secção para apreciação do mérito profissional, na secção disciplinar e na secção permanente (cfr. Anexos II a V).





À semelhança de anos anteriores e pese embora o disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Estatuto do Ministério Público (que prevê reuniões ordinárias de dois em dois meses), a fim de fazer face ao elevado volume de serviço existente, o Conselho Superior do Ministério Público, durante o ano de 2019, reuniu, tendencialmente, com uma periodicidade quinzenal, para além da secção permanente que reuniu sempre que se mostrou necessário, o que se traduziu, em média, duas vezes por mês.

Com efeito, no período de 1 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em 54 sessões, em plenário ou em secções, o que traduz um efectivo exercício daquelas competências.

**Quadro 1 - Número de sessões do CSMP**

	<b>NÚMERO DE SESSÕES</b>
<b>Plenário</b>	20
<b>Secções Classificativas</b>	6
<b>Secção Disciplinar</b>	11
<b>Secção Permanente</b>	17
<b>Total</b>	<b>54</b>



### **III – Serviços de Inspeção**

#### **a) Composição**

Em 31 de Dezembro de 2019, o quadro legal de Inspectores do Ministério Público era constituído por 15 inspectores e 15 secretários de inspecção (cfr. artigo 34.º, n.º 2, do Estatuto do Ministério Público e Portaria n.º 265/99, de 12 de Abril). Àquela data, encontravam-se preenchidos 14 lugares de inspector, dos quais 12 adstritos à actividade inspectiva/classificativa e 2, em exclusividade, à área disciplinar (tramitação de todos os inquéritos de averiguação, sindicâncias e processos disciplinares). Encontravam-se, ainda, dois procuradores-gerais-adjuntos jubilados a exercer funções nos serviços de inspecção, devidamente autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Com a entrada em vigor do novo Estatuto do Ministério Público, a fixação do quadro da Inspeção do Ministério Público passou a ser da competência do Conselho Superior do Ministério Público (cfr. artigo 41.º, n.º, do novo Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 68/2019, de 27 de Agosto).

Atenta a carência de quadros nos serviços de Inspeção e considerando, ainda, o novo regime de avaliação do mérito e classificação dos magistrados do Ministério Público, decorrente do novo Estatuto do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público, em sessão plenária de 10 de Setembro de 2019, fixou o quadro da inspecção do Ministério Público, com produção de efeitos em 1 de Janeiro de 2020, nos seguintes termos:

- i)* O quadro de Inspectores constituído por 15 a 22 magistrados; e
- ii)* Igual número (15 a 22) de Secretários de inspecção para coadjuvar os Inspectores.



No âmbito do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de Dezembro de 2019, o Conselho procedeu à nomeação de três procuradores da República para, a partir de Janeiro de 2020, integrarem o quadro de Inspectores do Ministério Público.

### **b) Avaliação e classificação**

A actividade de avaliação e classificação dos magistrados, enquanto competência do Conselho Superior do Ministério Público, é realizada através da secção para apreciação do mérito profissional, partindo das inspecções levadas a cabo pelo corpo de Inspectores do Ministério Público.

Os processos de classificação dos magistrados são distribuídos equitativamente, por sorteio, pelos vogais do Conselho que compõem a Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, tendo em consideração os impedimentos legais, designadamente a categoria e antiguidade dos inspeccionados, nos termos dos artigos 30.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público e 16.º, n.º 2, do Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República.

A distribuição de processos de classificação distribuídos durante o ano de 2019 encontra-se reflectida no [Anexo VI](#).

Em sede de avaliação e classificação, no ano de 2019, foram atribuídas pela Secção Para Apreciação do Mérito Profissional 133 (cento e trinta e três) classificações, distribuídas pelas categorias de procurador da República e procurador-adjunto e pelos diferentes níveis de notação nos seguintes termos:



**Quadro 2 - Classificações atribuídas a procuradores-adjuntos**

	CLASSIFICAÇÕES					TOTALS
	MB	BD	B	SUF	MED	
Em primeira inspecção	2	29	18	2	0	51
Em inspecções subsequentes	13	21	6	1	2	43
<b>TOTALS</b>	<b>15</b>	<b>50</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>94</b>

**Quadro 3 - Classificações atribuídas a procuradores da República**

	CLASSIFICAÇÕES					TOTALS
	MB	BD	B	SUF	MED	
Em primeira inspecção	24	4	-	2	-	30
Em inspecções subsequentes	8	1	-	-	-	9
<b>TOTALS</b>	<b>32</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>39</b>

Ao longo dos últimos 5 anos a actividade de avaliação e classificação do Conselho Superior do Ministério Público foi a seguinte:

**Quadro 4 - Avaliação e classificação dos magistrados (últimos cinco anos)**

ANO	Categoria	CLASSIFICAÇÕES					TOTAL
		MB	BD	B	SUF	MED	
2015	PA	37	51	36	3	2	129
	PR	27	9	9	4	1	50
2016	PA	27	40	20	10	2	99
	PR	22	12	4	3	0	41
2017	PA	17	52	52	6	1	128
	PR	36	14	4	2	0	56
2018	PA	10	32	33	2	0	77
	PR	41	11	0	0	0	52
2019	PA	15	50	24	3	2	94
	PR	32	5	0	2	0	39
<b>TOTALS</b>	PA	106	225	165	24	7	527
	PR	158	51	17	11	1	238
	<b>Somatório</b>	<b>264</b>	<b>276</b>	<b>182</b>	<b>35</b>	<b>8</b>	<b>765</b>



### Classificações atribuídas pelas Secções Para Apreciação do Mérito (2015 a 2019)

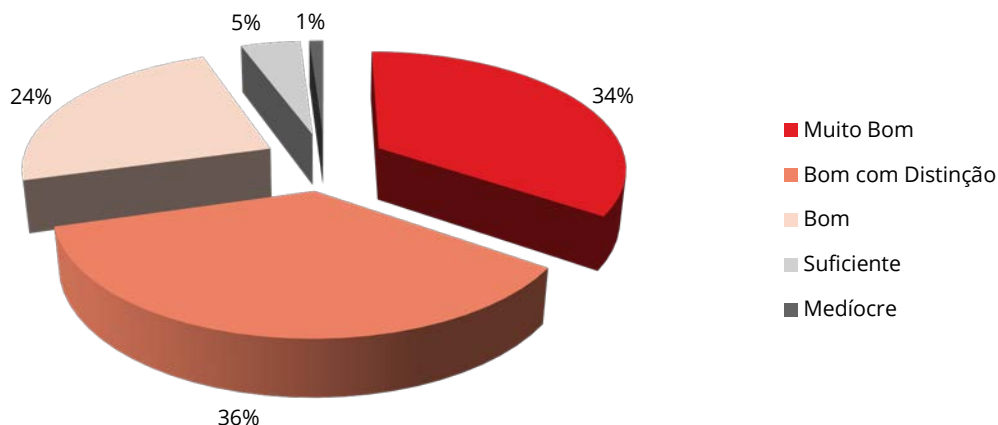


Gráfico 1- Classificações (últimos cinco anos)

Em sede de reclamação, o Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, durante o ano de 2019, apreciou 18 (dezoito) processos de inspecção, tendo confirmado as classificações atribuídas pela Secção Para Apreciação do Mérito Profissional em 17 (dezassete) situações e alterado a classificação, atribuindo notação superior, em uma situação.

Em sede de inspecções aos serviços (cfr. artigo 4.º do Regulamento das Inspeções do Ministério Público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Junho de 2015), o Conselho apreciou as inspeções realizadas aos serviços do Ministério Público no Tribunal da Relação e Procuradoria-Geral Distrital de Évora e no Departamento de Investigação e Acção Penal de Évora, registando as necessidades e deficiências detectadas e apresentado propostas para a sua resolução, designadamente quanto à organização dos serviços inspeccionados e ao preenchimento dos quadros de magistrados e de funcionários de justiça.



### **c) Acção disciplinar**

Nos termos do Estatuto do Ministério Público, os magistrados são disciplinarmente responsáveis e estão sujeitos às penas de advertência, multa, transferência, suspensão de exercício, inactividade, aposentação compulsiva e demissão (cfr. artigos 162.º e 166.º do Estatuto do Ministério Público)<sup>1</sup>.

A competência para a instauração de procedimentos de natureza disciplinar aos magistrados do Ministério Público é partilhada pela Procuradora-Geral da República e pelo Conselho Superior do Ministério Público (cfr. artigos 12.º, n.º 2, alínea *f*), e 27.º, alínea *a*), do Estatuto do Ministério Público).

A instrução de processos de natureza disciplinar é da competência dos serviços de inspecção, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público, sendo os processos distribuídos, por sorteio, pelos Inspectores do Ministério Público afectos à área disciplinar (cfr. [deliberação](#) do Conselho Superior do Ministério Público, de 28 de Janeiro de 2014, publicada no Portal do Ministério Público).

A decisão final em processo de natureza disciplinar é da competência exclusiva da Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público (cfr. artigos 27.º, alínea *a*), e 29.º, n.º 2, do Estatuto do Ministério Público). Das deliberações da Secção Disciplinar cabe reclamação necessária para o plenário do Conselho.

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2019, no exercício das suas competências, a Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público

---

<sup>1</sup> O novo Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 68/2019, de 27 de Agosto, alterou o regime disciplinar dos magistrados do Ministério Público, designadamente, quanto à espécie e limites das sanções disciplinares. No novo Estatuto do Ministério Público não está prevista a sanção de inactividade.



apreciou e decidiu 14 (catorze) inquéritos e 11 (onze) processos disciplinares, tendo aplicado 13 (treze) penas disciplinares, das quais 2 (duas) penas de advertência – em inquérito pré-disciplinar –, 8 (oito) penas de multa, 1 (uma) pena de suspensão de exercício, 1 (uma) pela de inactividade e 1 (uma) pena de aposentação compulsiva (cfr. [Anexo IV](#)).

No mesmo período, a Secção Disciplinar deliberou, através de apreciações preliminares, 108 (cento e vinte e oito) situações trazidas ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público (pela estrutura hierárquica do Ministério Público, por entidades ou por cidadãos), concluindo pela instauração de inquérito, nos termos do artigo 211.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público, em três situações e pelo arquivamento nas demais.

Os processos de natureza disciplinar são distribuídos equitativamente, por sorteio, pelos vogais do Conselho que compõem a Secção Disciplinar (cfr. [Anexo VI](#)).

Ao longo dos últimos 5 anos a actividade disciplinar foi a seguinte:

**Quadro 5- Processos instaurados (últimos cinco anos)**

<b>Processos/Ano</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Inquéritos</b>	32	44	31	29	25
<b>Disciplinares</b>	15	14	10	16	12
<b>TOTAIS</b>	<b>47</b>	<b>58</b>	<b>41</b>	<b>45</b>	<b>37</b>



Quadro 6 - Penas aplicadas (últimos cinco anos)

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Advertência</b>	4	4	4	7	2
<b>Multa</b>	12	3	7	5	8
<b>Transferência</b>	1	2	1	-	-
<b>Suspensão de Exercício</b>	4	2	2	1	1
<b>Inactividade</b>	-	2	1	-	1
<b>Aposentação Compulsiva</b>	-	1	-	1	1
<b>Demissão</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>13</b>

#### IV – Actividade da Secção Permanente

Por [deliberação](#) do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 9 de Setembro de 2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Setembro de 2014, foi constituída a Secção Permanente e delegadas competências para o seu funcionamento.

A Secção Permanente é presidida pela Procuradora-Geral da República, que se pode fazer substituir pelo Vice-Procurador-Geral da República, tendo integrado a mesma, durante o ano de 2019, os dois membros a tempo integral (um magistrado e um vogal eleito pela Assembleia da República), um procurador-geral distrital e um vogal eleito pela Assembleia da República.





As competências da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público foram alargadas por deliberações do Plenário, de [2 de Dezembro de 2014](#), de [24 de Março de 2015](#) e de [5 de Dezembro de 2017](#).

Para além das competências delegadas através dos instrumentos supra referidos, o plenário do Conselho Superior do Ministério Público, durante o ano de 2019, delegou algumas competências na Secção Permanente, designadamente:

- a) Recrutamento de um Inspector do Ministério Público – selecção dos candidatos;
- b) Procedimento de colocação dos magistrados nomeados para o Quadro Complementar;
- c) Definição do procedimento e dos critérios de selecção dos magistrados do Ministério Público para coordenadores das comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores, bem como a instrução do referido procedimento (avaliação curricular, entrevistas com os candidatos e proposta de graduação); e
- d) Indicação de três magistrados jubilados para integrar a lista de árbitros presidentes para a Região Autónoma dos Açores.

A Secção Permanente veio a reunir, durante o ano de 2019, em 17 (dezassete) sessões, apreciando pedidos e assuntos que lhe foram submetidos, conforme melhor se alcança do quadro que se anexa (cfr. [Anexo V](#)).



## **V – Actividade do Plenário do CSMP**

### **a) – Movimento de magistrados**

Nos termos do artigo 133.º do Estatuto do Ministério Público, os movimentos de magistrados realizam-se, ordinariamente, nos meses de Maio e Dezembro, podendo, no entanto, ser realizados noutras épocas, extraordinariamente, sempre que necessário.

Nos últimos anos, considerando a data do termo final dos estágios dos novos procuradores-adjuntos (cfr. n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro), os movimentos têm sido aprovados na última sessão do Conselho Superior do Ministério Público de Julho (antes do período de férias judiciais de Verão), para produzirem efeitos no primeiro dia útil do mês de Setembro.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 23/2017, de 23 de Fevereiro, que introduziu alterações significativas às regras relativas à duração e períodos dos estágios de formação de magistrados do Ministério Público, resultou a necessidade de colocar novos magistrados em Janeiro de 2020.

Destarte, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, à semelhança do que havia feito no ano anterior, realizar o movimento ordinário de Dezembro de 2019, tendo sido este o único movimento de magistrados do Ministério Público durante este ano.

No âmbito da preparação do movimento de magistrados do Ministério Público foi criado um grupo de trabalho, à semelhança de anos anteriores, tendo em vista o levantamento das necessidades mais prementes, por forma a criar um



modelo de distribuição equilibrada de magistrados do Ministério Público, baseado em critérios objectivos de volume de serviço.

No âmbito do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público, realizado em Dezembro de 2019, procedeu-se ao redimensionamento dos quadros, atentas as necessidades verificadas, com a alteração do conteúdo funcional de alguns lugares e a extinção de outros.

O movimento de magistrados do Ministério Público para 2018 foi precedido de procedimentos de selecção e colocação de magistrados do Ministério Público no serviço de Inspeção do Ministério Público, no Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos (criado pelo novo Estatuto do Ministério Público, tendo sido instalado em Janeiro de 2020), no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, nas secções distritais dos DIAP das comarcas sede de distrito, nas recém criadas Secções Especializadas Integradas de Violência Doméstica (SEIVD) e nos Quadros Complementares.

Em resultado dos requerimentos apresentados e da sua apreciação pelo grupo de trabalho nomeado pelo Conselho Superior do Ministério Público para o efeito, obteve-se o resultado seguinte:

- a) Ocorreu a transferência de 17 (dezassete) procuradores-gerais-adjuntos;
- b) Efectuaram-se 24 (vinte e quatro) promoções, por mérito, a procurador-geral-adjunto, para preenchimento de lugares vagos, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 116.º, n.º 3, e 117.º, n.ºs 2 e 3, do Estatuto do Ministério Público, bem como dos artigos 6.º e 8.º do Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público;



- c) Foram transferidos 113 (cento e treze) procuradores da República, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 121.º, 135.º, 136.º e 138.º do Estatuto do Ministério Público, bem como do artigo 3.º do Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público;
- d) Por via de concurso e por via de antiguidade, foram promovidos a procurador da República e colocados nos lugares disponíveis 102 (cento e dois) magistrados, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 116.º a 118.º e 121.º do Estatuto do Ministério Público, bem como dos artigos 7.º a 9.º do Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público;
- e) Procedeu-se à transferência de 241 (duzentos e quarenta e um) procuradores-adjuntos, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 135.º e 136.º do Estatuto do Ministério Público, bem como do artigo 3.º do Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público; e
- f) Procedeu-se, ainda, à colocação de 76 (setenta e seis) procuradores-adjuntos, nos termos do artigo 119.º do Estatuto do Ministério Público.

No âmbito do movimento foram autorizados pelo Conselho Superior do Ministério Público 21 (vinte e um) destacamentos fundados em razões de serviço, nos termos do artigo 138.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público, e 9 (nove) por motivos graves de saúde, ao abrigo do artigo 136.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público.

Os magistrados colocados em regime de comissão de serviço nos quadros complementares de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora perfizeram o número total de



36 (trinta e seis), dos quais 12 (doze) são procuradores da República e os restantes 24 (vinte e quatro) são procuradores-adjuntos.

Os magistrados colocados, em regime de comissão de serviço ou por destacamento, no Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, nas secções distritais dos DIAP das comarcas sede de distrito e nas Secções Especializadas Integradas de Violência Doméstica (SEIVD) perfizeram o número total de 116 (cento e dezasseis), dos quais 87 (oitenta e sete) foram nomeados em regime de comissão de serviço, por três anos, e 29 (vinte e nove) foram destacados, até à data de produção de efeitos do próximo movimento anual de magistrados do Ministério Público.

**Quadro 7 - Movimento extraordinário de magistrados do Ministério Público**

Tipo de concurso		Total de movimentados
Transferências de PGA		17
Promoções a PGA		24
Transferências de PR		113
Promoções a PR		102
Transferências de PA		241
Colocação de PA		76
Destacamento	Artigo 136.º	9
	Artigo 138.º	21
Quadro Complementar	PA	24
	PR	12
DCCEICD	destacamento	-
	Comissão de serviço	3
DCIAP	destacamento	13
	Comissão de serviço	27
DIAP Distrital	destacamento	5
	Comissão de serviço	31
SEIVD	destacamento	11
	Comissão de serviço	26



### **b) – Actividade consultiva**

Em sessão plenária do Conselho Superior do Ministério Público, de 25 de Junho de 2019, o Conselho Superior do Ministério Público definiu o procedimento a adoptar relativo à elaboração de pareceres sobre propostas legislativas, tendo deliberado, ao abrigo da alínea *h*) do artigo 27.º e do artigo 31.º do Estatuto do Ministério Público, estabelecer regras de distribuição e análise de pedidos de parecer (cfr. [deliberação](#) publicada na página do Conselho Superior do Ministério Público no Portal do Ministério Público)

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2019, o Conselho Superior do Ministério Público apreciou e elaborou 61 (sessenta e um) pareceres sobre projectos e propostas de diplomas legais, conforme quadro em anexo ([Anexo VII](#)).

### **c) – Outras actividades**

No ano de 2019, foram recebidas por membros do Conselho Superior do Ministério Público quatro delegações estrangeiras de magistrados – duas da República Popular da China, uma da República de Angola e uma da República da Bulgária. Foram, ainda, recebidas por membros do Conselho Superior do Ministério Público visitas de alunos das Universidades do Minho e de Coimbra.

Dois membros do Conselho Superior do Ministério Público deslocaram-se à República de São Tomé e Príncipe, no âmbito da cooperação bilateral, tendo em vista a avaliação da execução de tarefas relativas à segunda fase do projecto de apoio à remodelação do sistema judiciário daquele país, patrocinado pela Organização das Nações Unidas.



Em sessão extraordinária realizada em 18 de Junho de 2019, esteve Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, Dr.<sup>a</sup> Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, ao abrigo do estatuído nos artigos 32.º e 80.º, alínea d), do Estatuto do Ministério Público então vigente, para esclarecer o Conselho acerca das intenções do Governo relativamente à alteração dos estatutos das magistraturas, designadamente quanto às regras relativas ao paralelismo entre as duas magistraturas.

Em Plenário, o Conselho analisou, apreciou e deliberou em diversas matérias, das quais se destacam a emissão de parecer sobre o projecto de proposta de lei relativa ao Estatuto do Ministério Público, a definição de procedimentos relativos ao funcionamento do Conselho Superior do Ministério Público, tendo em vista a eficiência do seu exercício (v.g. deliberação relativa à elaboração de pareceres sobre projectos de diplomas legislativos, criação de grupo de trabalho com vista à preparação do movimento de magistrados do Ministério Público e análise dos Valores de Referência Processual), selecção de candidatos ao cargo de Procurador Europeu, aprovação da lista de antiguidade de magistrados do Ministério Público, apreciação de relatórios de estagiários, apreciação de relatórios de inspecção aos serviços do Ministério Público, apreciação de reclamações de deliberações das secções do Conselho, apreciação de recursos hierárquicos das deliberações do Conselho de Oficiais de Justiça e deliberações sobre outras matérias, conforme quadro em anexo ([Anexo II](#)).

O Conselho Superior do Ministério Público, durante o ano de 2019, apreciou vários temas de ordem geral relacionados com a eficiência do Ministério Público, bem como o aperfeiçoamento das instituições judiciais, designadamente:

- a) Debate sobre o paralelismo das carreiras da magistratura judicial e da magistratura do Ministério Público no âmbito do processo legislativo de aprovação do novo Estatuto do Ministério Público;



- b) Debate sobre o quadro de necessidades de magistrados do Ministério Público em consequência de alteração do mapa judiciário;
- c) Debate sobre migração electrónica de processos do Ministério Público;
- d) Debate sobre a carência de oficiais de justiça afectos aos serviços do Ministério Público;
- e) Debate sobre a dimensão dos poderes hierárquicos na magistratura do Ministério Público;
- f) Apresentação de proposta a Sua Excelência a Ministra da Justiça de antecipação do termo do período de formação (estágio) dos XXXIV, XXXV e XXXVI Cursos Normais de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários; e
- g) Emissão de pareceres, solicitados pela Direcção-Geral da Administração da Justiça, relativos a questões remuneratórias do magistrados do Ministério Público;
- h) Deliberação relativa ao agendamento de diligências processuais – compatibilização de agendas dos magistrados judiciais e de magistrados do Ministério Público.

Na sequência da publicação em *Diário da República* da Lei n.º 68/2019, de 27 de Agosto, que aprovou o novo Estatuto do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público analisou, apreciou e deliberou em diversas matérias, tendo em vista a necessidade de dar exequibilidade a algumas normas estatutárias, designadamente:

- a) Criação de grupo de trabalho com vista à preparação de projectos de regulamentos;
- b) Apresentação de proposta de Portaria que define o quadro legal de magistrados do Ministério Público nos Tribunais Superiores;





- c) Fixação do quadro legal do serviço de inspeção do Ministério Público; e
- d) Apresentação de proposta de Portaria que fixe o quadro de magistrados do Ministério Público no Departamento Central de Investigação e Acção Penal.



## VI – Contencioso Administrativo

Das deliberações do Conselho Superior do Ministério Público e, bem assim, das suas omissões, cabe impugnação judicial para a Secção de Contencioso do Supremo Tribunal Administrativo (artigo 24.º, n.º 1, alínea *a*), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais).

O Conselho Superior do Ministério Público faz-se representar em juízo por magistrada do Ministério Público designada para o efeito. Durante o ano de 2019, foram produzidas 14 (catorze) contestações, 1 (uma) oposição a pedido cautelar, 2 (duas) respostas a incidentes de ineficácia de resolução fundamentada, 2 (dois) recursos, 2 (duas) resposta a recurso e 1 (uma) reclamação para a conferência.

A instauração de processos de impugnação contenciosa de deliberações do Conselho Superior do Ministério Público e, bem assim, a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo, durante o ano de 2019, encontra-se detalhada no [Anexo VIII](#).

A litigância na jurisdição administrativa por parte do Conselho Superior do Ministério Público, ao longo dos últimos 5 anos, traduz-se no quadro seguinte:

Espécie/Ano	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Ação Especial Administrativa/Ação Administrativa</b>	15	11	10	8	14
<b>Providências Cautelares</b>	7	3	6	2	1
<b>Intimações</b>	1	-	-	1	-
<b>TOTAIS</b>	23	14	16	11	15

**Quadro 8 - Contencioso Administrativo - Processos instaurados**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# ANEXOS



## ANEXO I

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(em 31 de Dezembro de 2019)

#### PRESIDENTE

PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

**Conselheira Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago**

#### VOGAIS

Procuradores-Gerais Distritais [artigo 15.º, n.º 2, alínea *b*), do EMP]:

**Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra** – PGD de Lisboa

**Dr.ª Maria Raquel Ribeiro Desterro Almeida Ferreira** – PGD do Porto

**Dr.ª Maria José Valente de Melo Bandeira** – PGD de Coimbra

**Dr. Alcides Manuel Rodrigues** – PGD de Évora

Procurador-Geral Adjunto [artigo 15.º, n.º 2, alínea *c*), do EMP]:

**Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias** – PGD do Porto

Procuradores da República [artigo 15.º, n.º 2, alínea *d*), do EMP]:

**Dr. Carlos José do Nascimento Teixeira** – DIAP de Gondomar

**Dr.ª Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves** – Procuradoria da  
Instância Central da Comarca de Lisboa Norte – Juízo do Comércio de Vila  
Franca de Xira

Procuradores-Adjuntos [artigo 15.º, n.º 2, alínea *e*), do EMP]:

**Dr. Luís Filipe da Palma Martins** – Juízo de competência genérica de Sesimbra

**Dr. Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes** – DIAP do Porto – Secção distrital

**Dr. David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (membro a tempo integral)

**Dr. André Namora de Melo Teixeira** – Juízo de competência genérica de  
Albergaria-a-Velha

Membros eleitos pela Assembleia da República [artigo 15.º, n.º 2, alínea *f*), do EMP]:

**Dr. Manuel de Magalhães e Silva**

**Dr. Alfredo José Leal Castanheira Neves**

**Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro**

**Dr. António José Barradas Leitão** (membro a tempo integral)

**Dr. João Luís Madeira Lopes**

Membros designados pela Ministra da Justiça [artigo 15.º, n.º 2, alínea *g*), do EMP]:

**Professora Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes**

**Dr. Augusto Godinho Arala Chaves**



## **SECÇÃO PARA APRECIÇÃO DO MÉRITO PROFISSIONAL**

(EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019)

### **Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República**

#### **Artigo 11.º**

##### **(Composição das secções para apreciação do mérito profissional)**

1 - A secção única ou, caso o Conselho decida funcionar em duas secções, cada uma das secções para apreciação do mérito profissional é composta pelos membros do Conselho, nos termos seguintes:

- a) O Procurador-Geral da República que preside, fazendo-se substituir pelo Vice-Procurador-Geral da República quando não possa estar presente;
- b) Dois procuradores-gerais distritais;
- c) Três dos membros referidos nas alíneas *c)* e *f)* do n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Ministério Público;
- d) Um procurador da República;
- e) Dois procuradores-adjuntos;
- f) Uma das personalidades a que se refere a alínea *g)* do n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Ministério Público.

2 - Os membros referidos nas alíneas *b)* a *f)* do número anterior serão designados pelo plenário do Conselho mediante sorteio, para períodos de 18 meses.

**Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra** (PGD)

**Dr.ª Maria José Valente de Melo Bandeira** (PGD)

**Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias** (PGA)

**Dr.ª Alexandra Maria da Conceição Chícharo das Neves** (PR)

**Dr. Luís Filipe da Palma Martins** (PA)

**Dr. André Namora de Melo Teixeira** (PA)

**Dr. Manuel de Magalhães e Silva** (eleito pela Assembleia da República)

**Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro** (eleito pela Assembleia da República)

**Professora Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes** (designado pela Ministra da Justiça)



## **SECÇÃO DISCIPLINAR**

(EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019)

### **Estatuto do Ministério Público**

#### **Artigo 29.º**

##### **Secções**

1 - ...

2 - ...

3 - Compõem a secção disciplinar o Procurador-Geral da República e os seguintes membros do Conselho:

- a) Cinco dos membros referidos nas alíneas *b)*, *d)* e *e)* do n.º 2 do artigo 15.º, eleitos pelos seus pares, em número proporcional à respectiva representação;
- b) O procurador-geral-adjunto referido na alínea *c)* do n.º 2 do artigo 15.º;
- c) Três das personalidades a que se refere a alínea *f)* do n.º 2 do artigo 15.º, eleitas por e de entre aquelas, para períodos de 18 meses;
- d) Uma das personalidades a que se refere a alínea *g)* do n.º 2 do artigo 15.º, designada por sorteio, para períodos rotativos de 18 meses.

4 - Não sendo possível a eleição ou havendo empate, o Procurador-Geral da República designará os membros não eleitos, com respeito pelo disposto na parte final da alínea *a)* do número anterior.

5 - ....

**Dr.ª Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira** (PGD)

**Dr. Alcides Manuel Rodrigues** (PGD)

**Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias** (PGA)

**Dr. Carlos José do Nascimento Teixeira** (PR)

**Dr. Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes** (PA)

**Dr. David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilár** (PA)

**Dr. Alfredo José Leal Castanheira Neves** (eleito pela Assembleia da República)

**Dr. António José Barradas Leitão** (eleito pela Assembleia da República)

**Dr. João Luís Madeira Lopes** (eleito pela Assembleia da República)

**Dr. Augusto Godinho Arala Chaves** (designado pela Ministra da Justiça)



**SECÇÃO PERMANENTE**  
(EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019)

**Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público,  
de 9 de Setembro de 2014  
(Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 19 de Setembro de 2014)**

...

O Conselho Superior do Ministério Público em sessão plenária de 9 de setembro de 2014, delibera o seguinte:

- 1 — A constituição de uma secção permanente, sendo a mesma composta pelo Procurador-Geral da República, que preside, e quatro vogais designados pelo Plenário, dois dos quais de entre os vogais que exerçam funções em regime de tempo integral, salvaguardando -se, quanto aos vogais, a representação paritária de magistrados e não magistrados

...

**Dr. Alcides Manuel Rodrigues** (PGD)

**Dr. David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (PA) – *membro a tempo integral*

**Dr. João Luís Madeira Lopes** (eleito pela Assembleia da República)

**Dr. António José Barradas Leitão** (eleito pela Assembleia da República) – *membro a tempo integral*



## **NÚCLEO DE DEONTOLOGIA**

### **Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público,**

**de 14 de Abril de 2015**

O Conselho Superior do Ministério Público em sessão plenária de 14 de Abril de 2015, delibera o seguinte:

- i) Constituir um “núcleo de deontologia”, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público, que tenha por missão reflectir e promover acções de sensibilização e prevenção em matérias de ética e deontologia;

...

### **Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público,**

**de 15 de Maio de 2018**

O Conselho deliberou, por unanimidade, a recomposição do Núcleo de Deontologia, passando a integrá-lo os Drs. Maria José Morgado, Arala Chaves, António Barradas Leitão e David Albuquerque e Aguilar.

**Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra** (PGD)

**Dr. David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (PA) – *membro a tempo integral*

**Dr. António José Barradas Leitão** (eleito pela Assembleia da República) – *membro a tempo integral*

**Dr. Augusto Godinho Arala Chaves** (designado pela Ministra da Justiça)





## ANEXO II

### DELIBERAÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PLENÁRIO)

Data da Sessão	Matéria	Destaques/Deliberações
10-01-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificação de poderes do novo membro do Conselho Superior do Ministério Público, Lic. André Namora de Melo Teixeira.</li><li>• Designação do Procurador-Geral Distrital de Lisboa, Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, como Membro do Conselho de Prevenção da Corrupção.</li><li>• Designação do procurador-geral adjunto Lic. José Manuel de Moraes dos Santos Pais para integrar a Comissão Independente a quem competirá a verificação da admissibilidade das candidaturas a juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.</li><li>• Recomposição da Secção para Apreciação do Mérito Profissional.</li><li>• Recomposição do Núcleo de Deontologia do Conselho Superior do Ministério Público.</li><li>• Delegação de poderes do Conselho Superior do Ministério Público nos Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa e de Coimbra, nos termos do artigo 88.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação, em comissão de serviço, de Director do Departamento Central de Investigação e Acção Penal.</li><li>• Autorizada a permuta entre dois procuradores-adjuntos.</li></ul>
	Exposições/ Requerimentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de uma reclamação de deliberação da Secção Permanente que não concedeu autorização a um procurador-adjunto para o exercício de funções de formador na Ordem dos Advogados.</li></ul>
22-01-2019	Pareceres	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parecer sobre a proposta de lei que aprova o Estatuto do Ministério Público.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Autorização para nomeação, em comissão de serviço, de procurador da República como Director-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferidas duas reclamações de deliberação do Plenário que aplicou pena disciplinar de multa.</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
19-02-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do Relatório de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público de 2018.</li><li>• Debate sobre a audição parlamentar dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público eleitos pela Assembleia da República na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.</li><li>• Selecção de três candidatos a indicar ao Ministério da Justiça para o cargo de Procurador Europeu.</li><li>• Designação de um membro do Conselho Superior do Ministério Público para o Conselho de Disciplina do Centro de Estudos Judiciários.</li><li>• Designação de vogal do Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Prevenção.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Abertura do procedimento de selecção de Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Coimbra.</li><li>• Renovação da comissão de serviço de Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.</li><li>• Designação de procurador da República coordenador da 12.ª secção do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto.</li><li>• Nomeação de três coordenadores sectoriais na comarca de Lisboa.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Permanente que indeferiu pedido de destacamento apresentado por procuradora-adjunta.</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público relativa à selecção de magistrados do Ministério Público para o preenchimento de lugares nas secções distritais dos Departamento de Investigação e Acção Penal com competência para investigar a criminalidade mais grave, complexa e organizada.</li><li>• Indeferimento de reclamação da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que aprovou o movimento ordinário de magistrados do Ministério Público.</li></ul>
	Incompatibilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento de pedido de autorização para procuradora-geral adjunta participar no projecto denominado Portugal Mais Velho, co-organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que determinou o arquivamento de um dossier de acompanhamento (apreciação preliminar).</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
19-02-2019	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de Bom com Distinção a procurador-adjunto.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de Bom a procuradora-adjunta.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (artigo 103.º da LOSJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Declaração de incompetência para a apreciação de um recurso hierárquicos relativo à não justificação de ausências ao serviço.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado improcedente um recurso de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que aplicou sanção disciplinar de multa.</li></ul>
28-02-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Selecção de três candidatos a indicar ao Ministério da Justiça para o cargo de Procurador Europeu.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação de um coordenador sectorial na comarca de Porto Este.</li><li>• Nomeação de um coordenador sectorial na comarca de Setúbal.</li><li>• Prorrogação da licença sem remuneração concedida a procuradora da República.</li></ul>
19-03-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Debate sobre o quadro de necessidades de magistrados do Ministério Público em consequência de alteração do mapa judiciário.</li><li>• Parecer solicitado pela Direcção-Geral da Administração da Justiça relativo à actualização de índice remuneratório de magistrados que se encontram nas condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 183.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Selecção, por escrutínio secreto, de Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Coimbra.</li><li>• Renovação das comissões de serviço de dois Inspectores do Ministério Público.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento parcial (medida da pena) de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa.</li></ul>
	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inspeção aos serviços do Ministério Público na Procuradoria-Geral Distrital de Évora.</li><li>• Inspeção ordinária aos Serviços do Ministério Público no Departamento de Investigação e Ação Penal de Évora.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de Bom com Distinção a procurador-adjunto</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
19-03-2019	Lista de Antiguidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação da lista de antiguidade de magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de Dezembro de 2018.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado procedente um recurso de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que atribuiu a classificação de Bom com Distinção.</li><li>• Julgado improcedente um recurso de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que atribuiu a classificação de Bom com Distinção</li></ul>
02-04-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Debate sobre o quadro de necessidades de magistrados do Ministério Público em consequência de alteração do mapa judiciário (Lei de Organização do Sistema Judiciário e respectivo regulamento) – ponto de situação e medidas a adoptar.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento parcial (medida da pena) de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa.</li></ul>
	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de medíocre a procuradora-adjunta.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado improcedente um recurso de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que aplicou sanção disciplinar de multa</li></ul>
30-04-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Debate sobre migração electrónica de processos do Ministério Público.</li><li>• Designação de grupo de trabalho com vista à preparação do movimento de magistrados do Ministério Público e análise dos Valores de Referência Processual (VRP).</li><li>• Debate sobre a audição parlamentar, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de membros do Conselho Superior do Ministério Público.</li><li>• Debate sobre o procedimento a adoptar para o preenchimento de lugares no Departamento Central de Investigação e Acção Penal, em casos de vacatura de lugar ou impedimento do seu titular.</li><li>• Abertura de procedimento de manifestação de interesse e recrutamento de Inspectores do Ministério Público.</li><li>• Debate sobre parecer solicitado pela Direcção-Geral da Administração da Justiça relativo ao pagamento de ajudas de custo e de despesas de transporte aos magistrados do Ministério Público colocados em juízos deslocalizados.</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
30-04-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação de procurador-geral-adjunto para o Supremo Tribunal de Justiça.</li><li>• Indicação de procuradores-gerais-adjuntos para integrarem, nos termos do artigo 384.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a lista de árbitros presidentes na resolução (extrajudicial) de conflitos laborais.</li><li>• Cessação da comissão de serviço de magistrada colocada no quadro complementar de Évora.</li><li>• Nomeação, em comissão de serviço, de magistrada colocada no quadro complementar de Évora.</li><li>• Apreciação de exposição subscrita por procuradoras-adjuntas, relativa à distribuição de serviço na comarca de Santarém.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a sanção disciplinar de 2 anos de inactividade.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a sanção disciplinar de 120 dias de suspensão de exercício.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a sanção disciplinar de multa.</li></ul>
	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento parcial de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que determinou a suspensão de inspecção.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de medíocre a procuradora-adjunta</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado improcedente um recurso de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que aplicou sanção disciplinar de multa</li></ul>
28-05-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Debate sobre a participação de membro eleito pela Assembleia da República nas reuniões do Conselho Superior do Ministério Público;</li><li>• Debate sobre o processamento e pagamento de ajudas de custo devidas aos membros permanentes do Conselho Superior do Ministério Público;</li><li>• Deliberação relativa ao procedimento de reconhecimento de formação especializada (RECOFE);</li><li>• Debate sobre a admissibilidade de pagamento de remuneração (honorários) a magistrados do Ministério Público por participação em acções de programa El PACCTO - Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado entre Europa e a América Latina.</li></ul>



Data da Sessão	Matéria	Destaques/Deliberações
28-05-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação de Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República;</li><li>• Renovação da comissão de serviço da procuradora-geral-adjunta coordenadora do Tribunal Central Administrativo Sul;</li><li>• Alteração dos efeitos de licenças sem remuneração concedidas a dois procuradores da República.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cessação da situação de suspensão de funções aplicada a procurador da República, ao abrigo do disposto no artigo 152.º, alínea a), do Estatuto do Ministério Público então vigente.</li></ul>
	Inspecções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom com distinção a procuradora-adjunta;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom com distinção a procuradora-adjunta;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom com distinção a procurador-adjunto;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procurador-adjunto;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procurador-adjunto.</li></ul>
	Autorizações de residência	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento de uma reclamação de deliberação da Secção Permanente relativa a pedido de autorização de residência em local diferente do previsto la lei.</li></ul>
	Exposições	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação de exposição apresentada por secretário de justiça relativa ao procedimento concursal de recrutamento para frequência do curso de formação específico para administradores judiciais</li></ul>
18-06-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• No início da sessão esteve presente Sua Excelência a Senhora <b>Ministra da Justiça</b>, Dr.ª Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, ao abrigo do estatuído nos artigos 32.º e 80.º, alínea d), do Estatuto do Ministério Público então vigente;</li><li>• Debate sobre o paralelismo das carreiras da magistratura judicial e da magistratura do Ministério Público no âmbito do processo legislativo de aprovação do novo Estatuto do Ministério Público.</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
25-06-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa à elaboração de pareceres sobre projectos de diplomas legislativos (cfr. deliberações do Conselho Superior do Ministério Público, de 4 de Junho de 2013 e 21 de Fevereiro de 2017);</li><li>• Designação de um magistrado do Ministério Público para integrar o Grupo de Trabalho para a Preparação de Estudo Exploratório (GTEXP), tendo em vista a criação de um Observatório da Violência Doméstica e de Género – Pedido de informação complementar ao Centro de Estudos Judiciários.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alteração dos efeitos de licença sem remuneração concedida a procurador da República;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Permanente relativa a pedido de cessação de destacamento de procuradora da República no DCIAP;</li><li>• Renovação de autorização para que procuradora da República exerça, em comissão de serviço, funções de Coordenadora de Investigações, no âmbito da Divisão de Investigações do Gabinete da Procuradora do Tribunal Penal Internacional;</li><li>• Concessão de licença especial a procurador da República para o exercício de funções de assessor da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que converteu inquérito em processo disciplinar;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que determinou o arquivamento de participação contra magistrado do Ministério Público.</li></ul>
	Inspecções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procuradora-adjunta e, em consequência, atribuição de classificação de bom com distinção;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom com distinção a procuradora-adjunta.</li></ul>
	Remunerações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parecer solicitado pela Direcção-Geral da Administração da Justiça relativo ao pagamento de ajudas de custo e de despesas de transporte aos magistrados do Ministério Público colocados em juízos deslocalizados.</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
11-07-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição do número, a indicar ao Centro de Estudos Judiciários, de candidatos a admitir a um novo curso (normal) de formação de magistrados para virem a integrar a magistratura do Ministério Público – artigo 7.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro;</li><li>• Debate sobre a carência de oficiais de justiça afectos aos serviços do Ministério Público;</li><li>• Indicação de um membro do Conselho Superior do Ministério Público para integrar o júri do concurso curricular de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça;</li></ul>
	Formação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indicação das necessidades de formação contínua ministrada pelo Centro de Estudos Judiciários a integrar no plano de actividades para 2019-1020;</li><li>• Homologação dos Planos Individuais de Estágio dos auditores de justiça que concluíram com aproveitamento o 2.º ciclo da fase de formação inicial do 33.º Curso Normal de Formação.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Concedida a reabilitação a procurador da República.</li></ul>
	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de suficiente a procuradora da República.</li></ul>
	Remunerações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa ao pagamento de ajudas de custo e de despesas de transporte a magistrados do Ministério Público colocados em júzos deslocalizados.</li></ul>
10-09-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento aos magistrados com a categoria de procurador da República que exerçam, ou venham a exercer, em comissão de serviço, funções de Inspector do Ministério Público, o direito a concorrer no próximo movimento de magistrados;</li><li>• Criação de grupo de trabalho com vista à preparação de projectos de regulamentos na sequência da aprovação do novo Estatuto do Ministério Público;</li><li>• Proposta de Portaria que define o quadro legal de magistrados do Ministério Público nos Tribunais Superiores;</li><li>• Fixação do quadro legal do serviço de inspeção do Ministério Público;</li><li>• Aprovação do calendário do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de 2019;</li><li>• Apresentação da metodologia a adoptar pelo Grupo de trabalho de análise dos Valores de Referência Processual (VRP).</li></ul>





<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
10-09-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Renovada a autorização para que procuradores da República exerçam funções docentes no Centro de Estudos Judiciários;</li><li>• Prorrogação da nomeação de procurador da República para o exercício das funções no Centro de Estudos Judiciários de docente e coordenador regional adicional da formação nos tribunais;</li><li>• Nomeação como procuradora-adjunta em efetividade de funções de procuradora-adjunta em regime de estágio proveniente do 32.º Curso Normal de Formação de Magistrados do Ministério Público;</li><li>• Renovação da comissão de serviço de auditora jurídica junto da Assembleia da República e, em acumulação, de vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República;</li><li>• Renovação da comissão de serviço de procurador-geral-adjunto no Supremo Tribunal de Justiça;</li><li>• Nomeação de procuradora-geral-adjunta, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal Administrativo e, em acumulação, como auditora jurídica junto do Ministério da Justiça;</li><li>• Nomeação de procurador-geral-adjunto, em comissão de serviço, como auditor jurídico junto dos Ministérios da Administração Interna e da Defesa Nacional.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento parcial (medida da pena) de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa.</li></ul>
	Inspecções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procuradora-adjunta.</li></ul>
	Lista de Antiguidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação de proposta da Secção Permanente para rectificação da lista de antiguidade relativa a Dezembro de 2018, nos termos determinados pelo artigo 9º, n.º 1, da Lei n.º 95/2009, de 2 de Setembro.</li></ul>
	Remunerações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferimento de requerimento apresentado por membros a tempo integral do Conselho Superior do Ministério Público, reconhecendo-lhes o direito a receberem ajudas de custo pelo exercício daquelas funções;</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
08-10-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Debate sobre a dimensão dos poderes hierárquicos na magistratura do Ministério Público;</li><li>• Abertura de procedimento de recrutamento de Inspectores do Ministério Público.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa ao cumprimento de pena de 2 anos de inactividade aplicada a procuradora-adjunta;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa;</li><li>• Prorrogação do período de suspensão preventiva de procuradora-adjunta.</li></ul>
	Inspeções	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procuradora-adjunta;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procuradora-adjunta;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom com distinção a procurador-adjunto;</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional que atribuiu a classificação de bom a procurador-adjunto.</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do procedimento de colocações no Departamento Central de Investigação e Acção Penal;</li><li>• Aprovação do procedimento de colocações nas secções distritais dos Departamentos de Investigação e Acção Penal das comarcas sede da área das Procuradorias-Gerais Distritais (DIAP regionais);</li><li>• Aprovação do procedimento de colocações nas secções especializadas integradas de violência doméstica (SEIVD);</li><li>• Aprovação do procedimento de colocações colocação nos Quadros Complementares de Magistrados do Ministério Público;</li></ul>
	Regulamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do projecto de "<i>Regulamento dos Procedimentos de Inspeção do Ministério Público</i>";</li><li>• Aprovação do projecto de "<i>Regulamento do Processo Eleitoral para o Conselho Superior do Ministério Público</i>"</li></ul>



Data da Sessão	Matéria	Destques/Deliberações
22-10-2019	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa ao índice remuneratório dos magistrados do Ministério Público colocados, por destacamento, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal, nas secções distritais dos Departamentos de Investigação e Acção Penal das comarcas sede da área das Procuradorias-Gerais Distritais (DIAP regionais), secções especializadas integradas de violência doméstica (SEIVD) e nos Quadros Complementares;</li><li>• Deliberação relativa à possibilidade de os magistrados que integrem ou venham a integrar os departamentos supra referidos concorrerem, no âmbito do movimento geral, também a lugares de auxiliar;</li><li>• Criação de uma secção especializada integrada de violência doméstica (SEIVD) na comarca de Lisboa Oeste – Pólo de Sintra;</li><li>• Reabertura dos procedimentos de selecção de magistrados para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal, as Secções Distritais dos DIAP das Comarcas sede de Distrito, as Secções Especializadas Integradas de Violência Doméstica e os Quadros complementares;</li><li>• Aprovação das regras gerais do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de 2019.</li></ul>
29-10-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reagendamento das sessões do Conselho Superior do Ministério Público;</li><li>• Debate sobre <i>"Actuação do Ministério Público e intervenção do Conselho Superior do Ministério Público"</i>;</li><li>• Proposta de Portaria que fixe o quadro de magistrados do Ministério Público no Departamento Central de Investigação e Acção Penal.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação sobre a cessação dos vínculos precários e excepcionais dos substitutos de magistrados do Ministério Público, a partir de 31 de dezembro de 2019;</li><li>• Designação de magistrada do Ministério Público para provimento do lugar de directora do Departamento de Contencioso do Estado e Interesses Colectivos e Difusos;</li><li>• Abertura do procedimento de colocações no Departamento de Contencioso do Estado e Interesses Colectivos e Difusos;</li><li>• Negada a autorização para nomeação de procurador da República para, em comissão de serviço, exercer funções de Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes.</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
11-11-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação de procuradora-geral-adjunta para o Supremo Tribunal Administrativo;</li><li>• Prorrogação de licença sem remuneração de procuradora da República;</li><li>• Indeferimento de dois pedidos de autorização para nomeação, em comissão de serviço, de magistrados do Ministério Público como Inspectores da Inspeção-geral da Administração Interna;</li><li>• Deferimento do pedido de cessação da comissão de serviço da magistrada do Ministério Público coordenadora da comarca de Portalegre;</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ratificação da deliberação da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público, de 5 de Novembro de 2019, que procedeu à rectificação do Anexo I ao Regulamento de Movimentos de Magistrados do Ministério Público;</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares de Inspector do Ministério Público;</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares no Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Colectivos e Difusos;</li></ul>
12-11-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cessação das comissões de serviço dos magistrados do Ministério Público coordenadores das comarcas dos Açores e de Castelo Branco;</li><li>• Abertura de procedimento de selecção e nomeação de Magistrados do Ministério Público Coordenadores das Comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores;</li></ul>
	Antiguidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de requerimento apresentado por procuradores-adjuntos provenientes do XXVIII Curso Normal de Formação relativo à contagem de tempo de serviço para efeitos de promoção à categoria de procurador da República.</li></ul>



Data da Sessão	Matéria	Destques/Deliberações
12-11-2019	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares de Inspector do Ministério Público;</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares no Departamento Central de Investigação e Acção Penal;</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares nas secções distritais dos Departamentos de Investigação e Acção Penal das comarcas sede da área das Procuradorias-Gerais Distritais (DIAP regionais);</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares nas secções especializadas integradas de violência doméstica;</li><li>• Selecção de magistrados para o preenchimento de lugares nos Quadros Complementares de Magistrados do Ministério Público;</li><li>• Aprovação do Aviso do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de 2019.</li></ul>
19-11-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Abertura de procedimento de candidaturas ao curso de formação de magistrados do Ministério Público Coordenadores (jurisdição comum e jurisdição administrativa);</li><li>• Proposta de antecipação do termo do período de formação (estágio) do XXXIV e XXXV Cursos Normais de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, a apresentar à Senhora Ministra da Justiça.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Autorizada a redução do volume de serviço de duas magistradas do Ministério Público;</li><li>• Designação de procurador da República para integrar o Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reabilitação de procurador da República.</li></ul>
	Regulamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do <i>"Regulamento do Processo Eleitoral para o Conselho Superior do Ministério Público"</i>;</li><li>• Aprovação do projecto de <i>"Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República"</i>;</li><li>• Aprovação do projecto de <i>"Regulamento dos quadros complementares"</i>.</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação sobre a obtenção de lugar de origem de magistrados do Ministério Público com a categoria de procurador-geral adjunto ou que, no decurso do movimento, possam ser promovidos a essa categoria e que se encontrem em situação de comissão de serviço (v.g. magistrados do Ministério Público coordenadores de comarca), cujo termo ocorra, obrigatoriamente, durante o ano de 2020;</li><li>• Admissão de desistências de candidaturas ao preenchimento de lugares no quadro complementar;</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
19-11-2019	Lista de antiguidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reposicionamento de procuradora da República na lista de antiguidade reportada a 31 de Dezembro de 2018;</li><li>• Rectificação da lista de antiguidade relativa a Dezembro de 2018.</li><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Permanente que indeferiu reclamação da lista de antiguidade de magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de Dezembro de 2018.</li></ul>
	Exposições	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de requerimento apresentado por procuradora da República, solicitando a sua audição (oral) pelo Conselho Superior do Ministério Público.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado procedente o recurso hierárquico interposto por técnica de justiça auxiliar da decisão do Administrador Judiciário da comarca do Porto, relativa à recolocação de oficiais de justiça.</li></ul>
03-12-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa à eleição, pela Assembleia da República, de novos membros para o Conselho Superior do Ministério Público;</li><li>• Criação de um grupo de trabalho para preparação do projecto Regulamento sobre apresentação e controlo de declarações de rendimentos e património dos magistrados e, bem assim, do projecto de Código de Conduta;</li><li>• Deliberação relativa ao interesse do Ministério Público em agir para recorrer de decisões concordantes com a sua posição anteriormente assumida no processo – acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 2/2011;</li><li>• Proposta de antecipação do termo do período de formação do XXXVI Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, a apresentar a Sua Excelência a Ministra da Justiça;</li><li>• Ratificação do despacho do Senhor Vice-Procurador-Geral da República que designou vogal do Conselho Superior do Ministério Público para participar em diligência processual de inquérito criminal que corre termos contra magistrado do Ministério Público;</li><li>• Deliberação relativa ao agendamento de diligências processuais – compatibilização de agendas dos magistrados judiciais e de magistrados do Ministério Público.</li></ul>
	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deliberação relativa aos efeitos das comissões de serviço dos Magistrados do Ministério Público que venham a ser seleccionados para Coordenadores das Comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores;</li><li>• Delegação de competência na Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público para indicar três magistrados para integrar a lista de árbitros presidentes para a Região Autónoma dos Açores</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
03-12-2019	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de reclamação de deliberação da Secção Disciplinar que aplicou a pena disciplinar de multa.</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação de exposições e reclamações;</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares de Inspector do Ministério Público;</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares no DCIAP;</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares nas secções distritais dos Departamentos de Investigação e Acção Penal das comarcas sede da área das Procuradorias-Gerais Distritais;</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares nas secções especializadas integradas de violência doméstica (SEIVD);</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares no Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Colectivos e Difusos;</li><li>• Nomeação de magistrados para o preenchimento de lugares nos Quadros Complementares de Magistrados do Ministério Público;</li><li>• Aprovação do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado procedente o recurso hierárquico interposto por técnica de justiça adjunta de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que aplicou pena de suspensão.</li></ul>
17-12-2019	Temas de Ordem Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação de algumas situações, designadamente, o exercício dos cargos de vogais do Conselho Superior do Ministério Público, em face da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2020, do novo Estatuto do Ministério Público.</li></ul>
	Formação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Selecção de candidatos ao curso de formação de magistrados do Ministério Público Coordenadores (jurisdição comum e jurisdição administrativa).</li></ul>
	Regulamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do Regulamento dos Procedimentos de Inspeção do Ministério Público.</li></ul>
	Movimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do quadro de destacamentos;</li><li>• Apreciação de exposições, reclamações e pedidos de destacamento e de permuta (anexo);</li></ul>



<b>Data da Sessão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Destaques/Deliberações</b>
17-12-2019	Gestão de Quadros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nomeação de procuradores-gerais-adjuntos para o Supremo Tribunal de Justiça;</li><li>• Nomeação de procuradores-gerais-adjuntos para o Supremo Tribunal Administrativo;</li><li>• Selecção e nomeação de Magistrados do Ministério Público Coordenadores das Comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores;</li><li>• Nomeação de directores dos Departamentos de Investigação e Acção Penal Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, em agregação com as funções de directores dos respectivos Departamentos de Investigação e Acção Penal de comarca;</li><li>• Cessação dos vínculos precários e excepcionais dos substitutos de procurador-adjunto, a partir de 31 de Dezembro de 2019.</li><li>• Nomeação como procuradores-adjuntos em efectividade de funções de procuradores-adjuntos em regime de estágio provenientes do XXXIII Curso Normal de Formação de Magistrados do Ministério Público;</li><li>• Prorrogação do período de estágio de dois procuradores-adjuntos em regime de estágio do XXXIII Curso Normal de Formação;</li><li>• Designação de um magistrado do Ministério Público para integrar o Grupo de Trabalho para a Preparação de Estudo Exploratório (GTEXP), tendo em vista a criação de um Observatório da Violência Doméstica e de Género;</li><li>• Indeferido o pedido de autorização para nomeação, em comissão de serviço, de procurador da República como Coordenador do Serviço de Auditoria e Inspecção da Delegação do Centro da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.</li></ul>
	Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indeferimento de pedido de revisão de pena;</li><li>• Deliberação relativa ao cumprimento de pena disciplinar de suspensão de exercício.</li></ul>
	Recursos Hierárquicos (COJ)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Julgado parcialmente procedente o recurso hierárquico interposto por técnico de justiça auxiliar de deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que aplicou a sanção disciplinar de multa.</li></ul>





### ANEXO III

#### DELIBERAÇÕES DA SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO PROFISSIONAL DO CSMP

Data da Sessão	Categoria	Classificação				
		Medíocre	Suficiente	Bom	Bom com Distinção	Muito Bom
05-02-2019	Procurador-adjunto	1	1	5	9	3
	Procurador da República		-	-	1	7
07-03-2019	Procurador-adjunto	1	-	1	4	2
	Procurador da República		1	-	-	3
11-04-2019	Procurador-adjunto		-	4	5	2
	Procurador da República		1	-	-	2
02-07-2019	Procurador-adjunto		-	5	10	7
	Procurador da República		-	-	1	10
24-09-2019	Procurador-adjunto		1	6	15	1
	Procurador da República		-	-	1	6
08-10-2019	Procurador-adjunto		1	3	7	-
	Procurador da República		-	-	2	4
Totais parciais	Procurador-adjunto	2	3	24	50	15
	Procurador da República	-	2	-	5	32
<b>TOTAIS</b>		<b>2</b>	<b>5</b>	<b>24</b>	<b>55</b>	<b>47</b>



## ANEXO IV

### DELIBERAÇÕES DA SECÇÃO DISCIPLINAR DO CSMP

#### 1) Procedimentos pré-disciplinares

Data da Sessão	Apreciações Preliminares		Inquéritos		
	Arquivamento	Instauração de Inquérito	Arquivamento	Conversão em processo disciplinar	Pena de advertência (artigo 166.º, n.º 4, do EMP)
05-02-2019	13	-	1 <sup>1</sup>	-	-
07-03-2019	19	-	-	-	-
02-04-2019	24	-	3	-	-
14-05-2019	11	2	2	1 <sup>1</sup>	-
28-05-2019	-	-	1	-	-
25-06-2019	2	1	-	1 <sup>2</sup>	-
11-07-2019	15	-	-	2	1
10-09-2019	6	-	-	-	1
11-11-2019	15	-	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

<sup>1</sup> Arquivamento parcial.

<sup>2</sup> Determinada a suspensão preventiva da magistrada.



## 2) Procedimentos disciplinares

Data da Sessão	Arquivamento	Penas					
		Advertência	Multa	Transferência	Suspensão de funções	Inactividade	Aposentação Compulsiva
05-02-2019	-	-	1	-	-	-	-
19-02-2019	-	-	-	-	-	1	-
07-03-2019	-	-	1	-	1	-	-
11-07-2019	-	-	3	-	-	-	-
10-09-2019	-	-	1	-	-	-	-
11-11-2019	-	-	2	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## 3) Outras deliberações e procedimentos da Secção Disciplinar

Em 19 de Fevereiro de 2019, o Conselho procedeu à audição de uma procuradora-adjunta, ao abrigo do disposto no artigo 220.º, n.º 1, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aplicável *ex vi* do artigo 216.º do Estatuto do Ministério Público.

Em 11 de Julho de 2019 foi determinada a suspensão dos autos de inquérito pré-disciplinar até que venha a ser proferida decisão final em processo criminal.



## ANEXO V

### ACTIVIDADE DA SECÇÃO PERMANENTE DO CSMP

Competência Delegada	Deliberações
Quadro Complementar	<ul style="list-style-type: none"><li>Definição do Procedimento de colocação de magistrados do Quadro Complementar;</li><li>Primeira colocação de magistrados do Quadro Complementar, após o movimento ordinário de magistrados.</li></ul>
Autorização de destacamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>14 (catorze) pedidos deferidos;</li><li>7 (sete) pedidos indeferidos;</li><li>1 (um) pedido de cessação de destacamento deferido;</li><li>1 (um) pedido de cessação de destacamento indeferido.</li></ul>
Autorização de permutas	<ul style="list-style-type: none"><li>1 (um) pedido deferido, afectando dois magistrados.</li></ul>
Concessão de licenças	<ul style="list-style-type: none"><li>1 (um) pedido de licença sem remuneração indeferido.</li></ul>
Requerimentos para realização de inspecção extraordinária	<ul style="list-style-type: none"><li>2 (dois) pedidos indeferidos.</li></ul>
Plano anual de inspecções	<ul style="list-style-type: none"><li>Aprovação do plano de inspecções de 2019;</li><li>Retirada 1 (uma) inspecção do plano anual de 2018;</li><li>Retirada 1 (uma) inspecção do plano anual de 2019;</li><li>Redistribuição extraordinária de serviço de inspecção.</li></ul>
Formação contínua calendarizada pelo CEJ	<ul style="list-style-type: none"><li>Aprovação da regulamentação relativa a autorização para a frequência das actividades de formação contínua calendarizadas pelo Centro de Estudos Judiciários para o período anual 2019-2020;</li></ul>
Autorização para a frequência de cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento	<ul style="list-style-type: none"><li>6 (seis) pedidos deferidos.</li></ul>
Autorização para o exercício de funções docentes	<ul style="list-style-type: none"><li>5 (cinco) pedidos deferidos.</li></ul>



<b>Competência Delegada</b>	<b>Deliberações</b>
Autorização de residência em local diferente do previsto na lei	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciadas 7 (sete) comunicações de residência fora da área do município, mas dentro da circunscrição;</li><li>• Deferidos 70 (setenta) pedidos de residência fora da circunscrição; e</li><li>• Indeferidos 4 (quatro) pedidos de residência fora da circunscrição.</li></ul>
Emissão de Parecer para fixação de remuneração em casos de acumulação de serviço	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciados 3 (três) pedidos de fixação de remuneração por acumulação de funções e determinada a remessa dos mesmos ao Ministério da Justiça, por ser o órgão competente para a decisão.</li></ul>
Reconhecimento a procuradores-adjuntos o direito a remuneração pela categoria de procurador da República	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento do direito a remuneração pelo índice 220 em 3 (três) situações.</li></ul>
Colocação de substitutos de procurador-adjunto	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferidos 2 (dois) pedidos de recolocação;</li><li>• Indeferido 1 (um) pedido de recolocação.</li></ul>
Reafectações – alínea f) do n.º 1 do artigo 101º da LOSJ	<ul style="list-style-type: none"><li>• 36 (trinta e seis) pedidos deferidos, afectando um total de 71 (setenta e um) magistrados<sup>3</sup>;</li></ul>
Acumulações – alínea h) do n.º 1 do artigo 101º da LOSJ	<ul style="list-style-type: none"><li>• 63 (sessenta e três) pedidos deferidos, afectando um total de 115 (cento e quinze) magistrados<sup>3</sup>;</li><li>• 1 (um) pedido indeferido.</li></ul>
Verificação de incompatibilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciados 5 (cinco) requerimentos.</li></ul>
Lista de antiguidades (reclamações)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deferida 1 (uma) reclamação da lista de antiguidade de 2018;</li><li>• Indeferida 1 (uma) reclamação da lista de antiguidade de 2018.</li></ul>
Aposentações/Jubilações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento de 37 (trinta e sete) situações em que estão reunidas as condições para a jubilação;</li><li>• Não reconhecimento do direito ao estatuto de jubilado a 2 (dois) magistrados;</li><li>• Autorização para continuar a exercer funções após a jubilação, durante o ano de 2019, a 27 (vinte e sete) magistrados;</li></ul>

<sup>3</sup> Considerando que as reafectações e, bem assim, as autorizações para o exercício de funções em mais do que uma secção têm como limite máximo 6 meses de duração, algumas das situações assinaladas correspondem à renovação de situações anteriores.



Competência Delegada	Deliberações
Aposentações/Jubilamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Autorização para continuar a exercer funções após a jubilação, durante o ano de 2020, a 7 (sete) magistrados;</li><li>• Não concedida a autorização para continuar a exercer funções após a jubilação a 1 (uma) magistrada;</li><li>• Determinação da realização da averiguação a que alude a deliberação do Conselho de 21 de Fevereiro de 2017 em 4 (quatro) situações;</li><li>• Instauração de procedimento de aposentação por incapacidade em 4 (quatro) situações;</li><li>• Determinação da submissão de uma magistrada a junta médica da ADSE; e</li><li>• Arquivamento de 1 (um) inquérito de averiguação a que alude a deliberação do Conselho de 21 de Fevereiro de 2017;</li></ul>
Outras	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recrutamento de um Inspector do Ministério Público;</li><li>• Definição do procedimento e dos critérios de selecção dos magistrados do Ministério Público para coordenadores das comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores;</li><li>• Entrevistas e graduação dos candidatos a coordenadores das comarcas de Portalegre, Castelo Branco e Açores;</li><li>• Indicação de três magistrados jubilados para integrar a lista de árbitros presidentes para a Região Autónoma dos Açores;</li><li>• Concedida autorização para a deslocação de magistrados do Ministério Público à República Democrática de São Tomé e Príncipe, no âmbito da cooperação bilateral;</li><li>• Deliberação relativa ao Programa de Intercâmbios da Rede Europeia de Formação Judiciária;</li><li>• Concedida autorização a procurador da República para prestar assistência de curta duração em projectos do Conselho da Europa na Sérvia e no Montenegro;</li><li>• Apreciação do projecto do Plano de Estudos do curso de formação específico para o exercício de funções de presidente do tribunal, de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário.</li></ul>



## ANEXO VI

### DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PELOS VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Vogal	Processos de Inspeção (Secção Classificativa)	Processos Disciplinares (Secção Disciplinar)	Processos de Inspeção (Plenário)	Processos Disciplinares (Plenário)
Dr. Amadeu Guerra <sup>4</sup>	17			1
Dr. <sup>a</sup> Raquel Desterro		3	2	
Dr. <sup>a</sup> Maria José Bandeira	15			2
Dr. Alcides Rodrigues		4	2	
Dr. Pedro Branquinho Dias <sup>5</sup>	7	1	1	
Dr. Carlos Teixeira		2	3	
Dr. <sup>a</sup> Alexandra Chícharo das Neves	15			2
Dr. Luís Martins	15			2
Dr. Francisco Guedes		1	3	
Dr. David Aguilar		2	4	
Dr. André Namora <sup>4</sup>	18			1
Dr. Manuel de Magalhães e Silva	14			2
Dr. Alfredo Castanheira Neves		3	2	
Dr. José António Pinto Ribeiro	14			2
Dr. Barradas Leitão		4	2	
Dr. João Luís Madeira Lopes		3	2	1
Professora Doutora Maria João Antunes	15			2
Dr. Augusto Godinho Arala Chaves		3	2	

<sup>4</sup> Iniciou funções em Janeiro de 2019, tendo-lhe sido distribuído um lote de processos que nivelou a pendência (transitada de 2018) dos demais Vogais.

<sup>5</sup> Vogal do Conselho Superior do Ministério Público que integra ambas as secções.



## ANEXO VII

### PARECERES EMITIDOS PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Objecto	Entidade requerente	Remessa ao requerente
Anteprojecto de lei que estabelece as normas de execução na ordem jurídica interna do regulamento (UE) n.º 2017/1939 - Procuradoria Europeia	Ministério da Justiça	01-02-2019
Proposta de Lei que aprova o regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais	Ministério da Justiça	14-02-2019
Projeto de Lei n.º 1059/XIII/4.ª (PSD) – 3.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do centro de estudos judiciais), incorporando uma área de estudo que incida sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança	Assembleia da República	<a href="#">14-02-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1058/XIII/4.ª (BE) – Proceder à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47.ª alteração ao Código Penal)	Assembleia da República	<a href="#">01-03-2019</a>
Anteprojecto de Lei - alteração ao regime de mandado de detenção europeu, aprovado pela Lei n.º 65/2003, de 23 de Agosto	Ministério da Justiça	13-03-2019
Proposta de Lei n.º 181/XIII/4.ª (GOV) – Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o Tribunal dos Conflitos	Assembleia da República	<a href="#">13-03-2019</a>
Proposta de Lei n.º 182/XIII/4.ª (GOV) – Altera o Código Penal e o Código do Processo Penal acolhendo as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de órgãos humanos	Assembleia da República	<a href="#">13-03-2019</a>





<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Projeto de Lei n.º 1089/XIII/4. <sup>a</sup> (PCP) – Altera o Código de Processo Penal prevendo a imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios de prática de crime de perseguição (39. <sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal)	Assembleia da República	<a href="#">14-03-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1105/XIII/4. <sup>a</sup> (BE) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33. <sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal)	Assembleia da República	<a href="#">14-03-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1111/XIII/4. <sup>a</sup> (PAN) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de perseguição, permitindo a aplicação da medida preventiva de proibição de contacto com a vítima	Assembleia da República	<a href="#">22-03-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1149/XIII/4. <sup>a</sup> (PSD) – 32. <sup>a</sup> Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver forte indícios da prática do crime de perseguição	Assembleia da República	<a href="#">26-03-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1148/XIII/4. <sup>a</sup> (PSD) – 32. <sup>a</sup> Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica	Assembleia da República	<a href="#">05-04-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1151/XIII/4. <sup>a</sup> (PSD) – 6. <sup>a</sup> Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	Assembleia da República	<a href="#">05-04-2019</a>
Projeto de diploma que visa regular o regime do exercício de funções pelos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, suas obrigações declarativas e respetivo regime sancionatório	Assembleia da República	09-04-2019



<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Projecto de Lei n.º 1166/XIII/4. <sup>a</sup> (CDS-PP) – Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quadragésima sétima alteração ao Código Penal)	Assembleia da República	<a href="#">11-04-2019</a>
Proposta de Lei n.º 193/XIII/4. <sup>a</sup> (GOV) – Altera o regime do mandado de detenção europeu	Assembleia da República	<a href="#">11-04-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1155/XIII/4. <sup>a</sup> (PS) – Reformula os crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa inconsciente ou incapaz no Código Penal, ao abrigo do disposto na Convenção de Istambul, e alarga o âmbito de aplicação da medida de coação de proibição de contacto aos crimes de ameaça, coação e perseguição (stalking)	Assembleia da República	<a href="#">12-04-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1178/XIII/4. <sup>a</sup> (CDS-PP) – Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47. <sup>a</sup> alteração ao Código Penal e 31. <sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal)	Assembleia da República	<a href="#">22-04-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1158/XIII/4. <sup>a</sup> (PS) – Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal	Assembleia da República	<a href="#">24-04-2019</a>
Proposta de Lei n.º 192/XIII/4. <sup>a</sup> (GOV) – Executa o Regulamento (UE) n.º 2017/1939, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia	Assembleia da República	<a href="#">02-05-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1183/XIII/4. <sup>a</sup> (BE) – Protege as crianças que testemunham crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6. <sup>a</sup> alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas)	Assembleia da República	<a href="#">02-05-2019</a>



<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Projeto de Lei n.º 1150/XIII/4ª (PSD) – 3.ª Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica	Assembleia da República	<a href="#">03-05-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1152/XIII/4.ª (PCP) – Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência	Assembleia da República	<a href="#">03-05-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1165/XIII/4.ª (CDS-PP) – Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de igualdade de género e de violência doméstica (3.ª Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro)	Assembleia da República	<a href="#">03-05-2019</a>
Projeto de Decreto-Lei que visa proceder à quarta alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho	Secretária de Estado da Justiça	03-05-2019
Projecto de Lei n.º 1191/XIII/4.ª (PAN) – Obriga todos os agressores sexuais à frequência de programas de reabilitação	Assembleia da República	<a href="#">03-05-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1147/XIII/4.ª (PSD) – 47.ª Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e e moldura penal deste crime	Assembleia da República	<a href="#">06-05-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1192/XIII/4.ª (BE) – Altera o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal, alargando as possibilidades de recurso de decisões que atentem contra valores fundamentais (8.ª alteração ao Código de Processo Civil e 34.ª alteração ao Código de Processo Penal)	Assembleia da República	07-05-2019
Projeto de Lei n.º 1113/XIII/4ª (PAN) – Determina uma maior proteção para as crianças no âmbito de crimes de violência doméstica	Assembleia da República	<a href="#">08-05-2019</a>



<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Proposta de Lei que procede à sétima alteração do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013 de 26 de Junho; à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de Outubro; e à décima terceira alteração ao regime anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro	Ministério da Justiça	17-05-2019
Proposta de Lei n.º 170/XIII/4.ª (GOV) – Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente	Assembleia da República	<a href="#">23-05-2019</a>
Alteração do Estatuto dos Administradores de Insolvência e Portaria que fixa a respetiva remuneração	Ministério da Justiça	24-05-2019
Projeto de Decreto-Lei que regula as regras de cálculo das pensões por de incapacidade, aposentação ou jubilação do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral da segurança social dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	29-05-2019
Projeto de Lei n.º 1205/XIII/4.ª (PSD) – Projetos de lei que visam regular a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade para a Transparência	Assembleia da República	14-06-2019
Projeto de Lei n.º 1182/XIII/4ª (PAN) – Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança	Assembleia da República	<a href="#">01-07-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1190/XIII/4ª (PS) – Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação de casamento dos progenitores	Assembleia da República	<a href="#">01-07-2019</a>



Objecto	Entidade requerente	Remessa ao requerente
Projeto de Lei n.º 1209/XIII/4.ª (CDS-PP) – Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento	Assembleia da República	<a href="#">01-07-2019</a>
Anteprojecto de Lei que define os objectivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio 2020-2022	Ministério da Justiça	01-07-2019
Proposta de Lei que revê o quadro normativo que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (EU) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018	Ministério da Justiça	01-07-2019
Proposta de Lei n.º 202/XIII/4.ª (GOV) – Altera o regime aplicável ao processo de inventário	Assembleia da República	<a href="#">01-07-2019</a>
Anteprojecto de alteração ao Decreto-Lei n.º 171/2015 - Regime Jurídico da Identificação Criminal	Secretária de Estado da Justiça	05-07-2019
Projeto de Lei n.º 1224/XIII/4.ª (PSD) – 47.ª Alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia	Assembleia da República	<a href="#">05-07-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1235/XIII/4.ª (PCP) – Altera o regime jurídico do processo de inventário reforçando os poderes gerais de controlo do juiz	Assembleia da República	<a href="#">05-07-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1237/XII/4.ª (CDS-PP) – Aprova o regime do acesso ao Direito e aos Tribunais, revogando a Lei n.º 34/2004, de 29 de julho	Assembleia da República	<a href="#">11-07-2019</a>
Projeto de Lei n.º 1232/XIII/4.ª (BE) – Determina a alteração do Regime Jurídico das Custas Judiciais, de forma a garantir um acesso mais alargado aos tribunais	Assembleia da República	<a href="#">12-07-2019</a>



<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Projeto de Lei n.º 1234/XIII/4.ª (PCP) – Altera o Código do Processo Civil, estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à execução de hipoteca	Assembleia da República	<a href="#">12-07-2019</a>
Proposta de Lei n.º 205/XIII/4.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico de acesso ao direito e aos tribunais	Assembleia da República	<a href="#">17-07-2019</a>
Projecto de Lei n.º 1233/XIII/4.ª (PCP) – Garante o acesso ao direito e aos tribunais	Assembleia da República	<a href="#">18-07-2019</a>
Projecto de diploma de alteração ao Decreto-Lei n.º 131/2009, de 1 de Junho	Ministério da Justiça	11-09-2019
Projeto de Portaria que procede à concretização da Medida Simplex 'Penhoras Integradas'	Secretária de Estado da Justiça	23-09-2019
Anteprojecto de Portaria que regulamenta os modelos a que devem obedecer os articulados no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa bem como os formulários de articulados susceptíveis de dedeterminar a redução da taxa de justiça aplicável aos processos administrativos	Secretária de Estado da Justiça	24-09-2019
Projeto regulamentar - Portaria que regulamenta a consulta a bases de dados públicas pelos administradores judiciais	Secretária de Estado da Justiça	02-10-2019
Projeto regulamentar - Portaria que procede à concretização da Medida Simplex 'Simplificação da comunicação entre tribunais e escolas'	Secretária de Estado da Justiça	02-10-2019
Decreto-Lei que procede à alteração do Código do IRC; do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro; e do Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho	Ministério da Justiça	02-10-2019



<b>Objecto</b>	<b>Entidade requerente</b>	<b>Remessa ao requerente</b>
Anteprojecto de Portaria que procede à regulamentação das comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e a Segurança Social no âmbito dos processos tutelares cíveis e de promoção e proteção	Secretária de Estado da Justiça	02-10-2019
Anteprojecto de Decreto-Lei sobre Registo de Navios na Madeira	Secretária de Estado da Justiça	02-10-2019
Projecto de Portaria - aplicação do regulamento do curso de formação específico - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais	Ministério da Justiça	03-10-2019
Projecto de Portaria que altera o regime de tramitação eletrónica nos Tribunais Administrativos e Fiscais	Ministério da Justiça	13-11-2019
Projecto de Lei n.º 67/XIV/1. <sup>a</sup> (PAN) – Regula o acesso à morte medicamente assistida	Assembleia da República	<a href="#">16-12-2019</a>
Projecto de Portaria que procede à primeira alteração à Portaria n.º 920/2015, de 25 de março	Ministério da Justiça	16-12-2019
Projecto de Lei n.º 109/XIV/1. <sup>a</sup> (BE) – Regula as relações laborais na advocacia	Assembleia da República	<a href="#">16-12-2019</a>



## ANEXO VIII

### CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### Processos instaurados em 2019

<b>Espécie</b>	<b>Objecto</b>
<b>Ação Administrativa</b>	Despacho do Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República que converteu inquérito em processo disciplinar.
<b>Ação Administrativa</b>	Movimento ordinário dos magistrados do Ministério Público de 2018.
<b>Ação Administrativa</b>	Movimento ordinário dos magistrados do Ministério Público de 2018.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 22 de Janeiro de 2019, que indeferiu o pedido de autorização para o exercício de funções de formador na Ordem dos Advogados.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 4 de Dezembro de 2018, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de 8 dias de multa.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 20 de Novembro de 2018, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de 20 dias de multa.
<b>Ação Administrativa</b>	Recrutamento de Inspectores do Ministério Público.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de Março de 2019, que aplicou a pena disciplinar de 25 dias de multa.
<b>Providência Cautelar</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 30 de Abril de 2019, que aplicou a pena disciplinar de 120 dias de suspensão de exercício.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de Março de 2019, que confirmou a deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça, de 22 de Novembro de 2018, que atribuiu ao Autor a classificação de “Bom com Distinção”.
<b>Ação Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 30 de Abril de 2019, que aplicou a pena disciplinar de 90 dias de multa.





<b>Espécie</b>	<b>Objecto</b>
<b>Acção Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 2 de Abril de 2019, que atribuiu à Autora a classificação de "Medíocre".
<b>Acção Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 28 de Maio de 2019, que atribuiu ao Autor a classificação de "Bom com Distinção".
<b>Acção Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 11 de Julho de 2019, que atribuiu à Autora a classificação de "Suficiente".
<b>Acção Administrativa</b>	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de Março de 2019, que confirmou a deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que atribuiu ao Autor a classificação de 'Bom com Distinção'



**Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo em 2019 relativa a deliberações  
do Conselho Superior do Ministério Público**

Descritores	Objecto	Data da decisão <sup>6</sup>	Sentido da decisão
	Despacho do Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República que converteu inquérito em processo disciplinar.	07-01-2019	Deferimento da providência cautelar
REFORMA DE ACÓRDÃO RECTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO	Deliberação da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público, de 2 de Junho de 2015, que considerou que o Autor não reunia as condições para ser jubilado.	<a href="#">31-01-2019</a>	Indeferimento de pedido de rectificação
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOTAÇÃO PROCURADOR-ADJUNTO DISCRICIONARIEDADE IMPRÓPRIA ERRO GROSSEIRO	Deliberação do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 28 de Abril de 2015, que atribui a classificação de "Medíocre" e determinou a instauração de inquérito por inaptidão, bem como a suspensão do exercício de funções.	<a href="#">31-01-2019</a>	Negado provimento ao recurso (Pleno da Secção do Contencioso Administrativo)
SINDICATO MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MOVIMENTO EXTRAORDINÁRIO	Movimento Extraordinário de Magistrados do Ministério Público.	<a href="#">26-02-2019</a>	Negado provimento ao recurso (Pleno da Secção do Contencioso Administrativo)

<sup>6</sup> Através do *link* pode aceder ao texto integral da decisão *in* [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).



Descritores	Objecto	Data da decisão <sup>6</sup>	Sentido da decisão
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR INFRACÇÃO DISCIPLINAR DISPONIBILIDADE RENOVAÇÃO PROCEDIMENTO REGRESSO À ACTIVIDADE DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ERRO NOS PRESSUPOSTOS DE FACTO ERRO NOS PRESSUPOSTOS DE DIREITO PRESCRIÇÃO	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 27 de Janeiro de 2015, que confirmou a pena disciplinar de Aposentação Compulsiva.	<a href="#">28-03-2019</a>	Negado provimento ao recurso (Pleno da Secção do Contencioso Administrativo)
MINISTÉRIO PÚBLICO MAGISTRADO DELIBERAÇÃO ACTA ASSINATURA DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO COMISSÃO DE SERVIÇO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	Deliberação do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de Janeiro de 2016, que indeferiu a nomeação, em comissão de serviço, da Autora como Subinspectora-Geral dos Serviços de Justiça.	<a href="#">09-05-2019</a>	Julgada Improcedente
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO INSPECÇÃO ESTATUTO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO REGULAMENTO DE INSPECÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO	Deliberação do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 7 de Fevereiro de 2017, que atribuiu ao Autor a classificação de “suficiente”.	<a href="#">19-06-2019</a>	Julgada Improcedente



Descritores	Objecto	Data da decisão <sup>6</sup>	Sentido da decisão
SUSPENSÃO DE EFICÁCIA DO ACTO ADMINISTRATIVO REQUISITOS DISCIPLINAR MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Despacho do Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República que converteu inquérito em processo disciplinar	<a href="#">04-07-2019</a>	Negado provimento ao recurso (Pleno da Secção do Contencioso Administrativo)
SUSPENSÃO DE EFICÁCIA PERICULUM IN MORA FUMUS BONI JURIS	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 30 de Abril de 2019, que aplicou a pena disciplinar de 120 dias de suspensão de exercício.	<a href="#">11-09-2019</a>	Indeferimento da providência cautelar
MAGISTRADO INQUÉRITO INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR REGIME DE SUBSTITUIÇÃO	Despacho do Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República que converteu inquérito em processo disciplinar	<a href="#">18-09-2019</a>	Julgada procedente
PROCESSO DISCIPLINAR VALORAÇÃO FUNDAMENTAÇÃO MEDIDA DA PENA DISCRICIONARIEDADE IMPRÓPRIA	Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 10 de Abril de 2018, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de “50 dias de suspensão”.	<a href="#">31-10-2019</a>	Julgada Improcedente



## ANEXO IX

### PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	09-01-2019	10-01-2019	22-01-2019	24-01-2019	05-02-2019		14-02-2019	19-02-2019		28-02-2019
	P	PL	PL	P	CL	D	P	D	PL	PL
LUCÍLIA GAGO										
JOÃO MONTEIRO										
AMADEU GUERRA										
RAQUEL DESTERRO										
MARIA JOSÉ BANDEIRA										
ALCIDES RODRIGUES										
PEDRO BRANQUINHO DIAS										
CARLOS TEIXEIRA										
ALEXANDRA C. DAS NEVES										
LUÍS MARTINS										
FRANCISCO GUEDES										
DAVID AGUILAR										
ANDRÉ NAMORA										
MAGALHÃES E SILVA										
CASTANHEIRA NEVES										
PINTO RIBEIRO										
BARRADAS LEITÃO										
MADEIRA LOPES										
MARIA JOÃO ANTUNES										
ARALA CHAVES										

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO

D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO

P – SECÇÃO PERMANENTE

PRESENCIA  
AUSÊNCIA



PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	07-03-2019		13-03-2019	19-03-2019		27-03-2019	02-04-2019		09-04-2019	11-04-2019	30-04-2019
	CL	D	P	D	PL	P	D	PL	P	CL	PL
LUCÍLIA GAGO											
JOÃO MONTEIRO											
AMADEU GUERRA											
RAQUEL DESTERRO											
MARIA JOSÉ BANDEIRA											
ALCIDES RODRIGUES											
PEDRO BRANQUINHO DIAS											
CARLOS TEIXEIRA											
ALEXANDRA C. DAS NEVES											
LUÍS MARTINS											
FRANCISCO GUEDES											
DAVID AGUILAR											
ANDRÉ NAMORA											
MAGALHÃES E SILVA											
CASTANHEIRA NEVES											
PINTO RIBEIRO											
BARRADAS LEITÃO											
MADEIRA LOPES											
MARIA JOÃO ANTUNES											
ARALA CHAVES											

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO  
D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO  
P – SECÇÃO PERMANENTE

PRESENÇA  
AUSÊNCIA





### PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	07-05-2019	14-05-2019	21-05-2019	28-05-2019		12-06-2019	18-06-2019	25-06-2019	
	P	D	P	D	PL	P	PL	D	PL
LUCÍLIA GAGO									
JOÃO MONTEIRO									
AMADEU GUERRA									
RAQUEL DESTERRO									
MARIA JOSÉ BANDEIRA									
ALCIDES RODRIGUES									
PEDRO BRANQUINHO DIAS									
CARLOS TEIXEIRA									
ALEXANDRA C. DAS NEVES									
LUÍS MARTINS									
FRANCISCO GUEDES									
DAVID AGUILAR									
ANDRÉ NAMORA									
MAGALHÃES E SILVA									
CASTANHEIRA NEVES									
PINTO RIBEIRO									
BARRADAS LEITÃO									
MADEIRA LOPES									
MARIA JOÃO ANTUNES									
ARALA CHAVES									

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO  
D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO  
P – SECÇÃO PERMANENTE

 PRESENÇA  
 AUSÊNCIA





### PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	02-07-2019	09-07-2019	11-07-2019		6-09-2019	10-09-2019		23-09-2019	24-09-2019	08-10-2019	
	CL	P	D	PL	P	D	PL	P	CL	CL	PL
LUCÍLIA GAGO											
JOÃO MONTEIRO											
AMADEU GUERRA											
RAQUEL DESTERRO											
MARIA JOSÉ BANDEIRA											
ALCIDES RODRIGUES											
PEDRO BRANQUINHO DIAS											
CARLOS TEIXEIRA											
ALEXANDRA C. DAS NEVES											
LUÍS MARTINS											
FRANCISCO GUEDES											
DAVID AGUILAR											
ANDRÉ NAMORA											
MAGALHÃES E SILVA											
CASTANHEIRA NEVES											
PINTO RIBEIRO											
BARRADAS LEITÃO											
MADEIRA LOPES											
MARIA JOÃO ANTUNES											
ARALA CHAVES											

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO  
D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO  
P – SECÇÃO PERMANENTE

 PRESENÇA  
 AUSÊNCIA





### PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	15-10-2019	22-10-2019	29-10-2019	05-11-2019	11-11-2019		12-11-2019	19-11-2019	26-11-2019
	P	PL	PL	P	D	PL	PL	PL	P
LUCÍLIA GAGO									
JOÃO MONTEIRO									
AMADEU GUERRA									
RAQUEL DESTERRO									
MARIA JOSÉ BANDEIRA									
ALCIDES RODRIGUES									
PEDRO BRANQUINHO DIAS									
CARLOS TEIXEIRA									
ALEXANDRA C. DAS NEVES									
LUÍS MARTINS									
FRANCISCO GUEDES									
DAVID AGUILAR									
ANDRÉ NAMORA									
MAGALHÃES E SILVA									
CASTANHEIRA NEVES									
PINTO RIBEIRO									
BARRADAS LEITÃO									
MADEIRA LOPES									
MARIA JOÃO ANTUNES									
ARALA CHAVES									

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO  
D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO  
P – SECÇÃO PERMANENTE

PRESENÇA  
AUSÊNCIA





### PRESENCAS E AUSÊNCIA DE VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

VOGAL	03-12-2019	11-12-2019	17-12-2019	20-12-2019
	PL	P	PL	P
LUCÍLIA GAGO				
JOÃO MONTEIRO				
AMADEU GUERRA				
RAQUEL DESTERRO				
MARIA JOSÉ BANDEIRA				
ALCIDES RODRIGUES				
PEDRO BRANQUINHO DIAS				
CARLOS TEIXEIRA				
ALEXANDRA C. DAS NEVES				
LUÍS MARTINS				
FRANCISCO GUEDES				
DAVID AGUILAR				
ANDRÉ NAMORA				
MAGALHÃES E SILVA				
CASTANHEIRA NEVES				
PINTO RIBEIRO				
BARRADAS LEITÃO				
MADEIRA LOPES				
MARIA JOÃO ANTUNES				
ARALA CHAVES				

LEGENDA:

PL – PLENÁRIO  
D – SECÇÃO DISCIPLINAR

CL – SECÇÃO PARA APRECIACÃO DO MÉRITO  
P – SECÇÃO PERMANENTE

 PRESENÇA  
 AUSÊNCIA